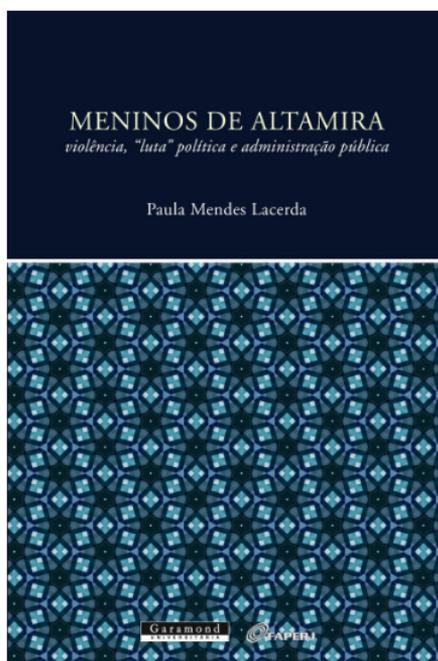


RESENHA DE LIVRO

RESENHAS
DE LIVROS



MENINOS DE ALTAMIRA, VIOLÊNCIA, “LUTA” POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. – 1ª. ed., de Lacerda, Paula Mendes. 2015 – Rio de Janeiro: Garamond.

William César Lopes Domingues –
Unira Xakriabá

Universidade Federal do Pará

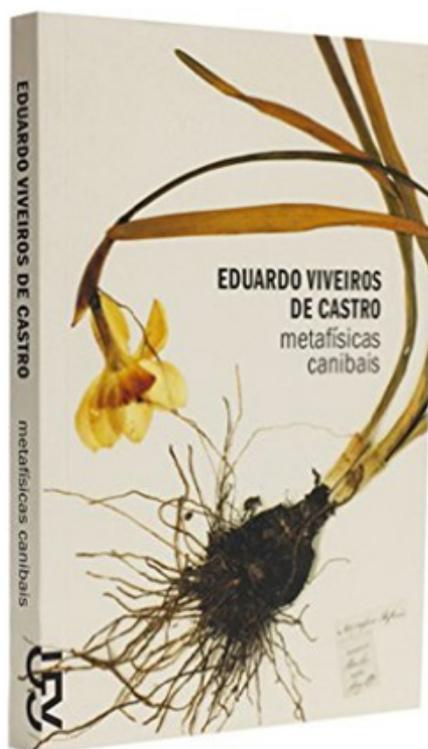
Fazer a resenha deste livro que trata do Caso dos Meninos Emasculados de Altamira, cidade onde me constitui como sujeito social militante do movimento indígena, foi sem dúvida uma das tarefas mais difíceis de minha trajetória até aqui. Difícil por ser de Altamira, por conhecer as pessoas envolvidas e por estar irmanado com elas na luta e nas dores de ser vítima das múltiplas violências cometidas pelo Estado e por uma elite sempre algoz dos desvalidos nas fronteiras colonizatórias dos

rincões da Amazônia brasileira. Paula Mendes Lacerda é professora de Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Com este livro, Paula, que é como a conhecem as pessoas simples do cenário onde se desenvolvem o “caso” e os casos narrados, ganha a chancela oficial de escritora, chancela que a vida e a sensibilidade de antemão já lhe haviam outorgado na militância contra a violência e pela visibilização de vítimas e casos de violação de direitos humanos. Chancela não de qualquer escritora, mas daquelas que tem o poder de ao escrever, esclarecer, sensibilizar e mobilizar, com firmeza e leveza que é atributo de poucos, sem ser tendenciosa, mas nem tampouco omissa frente às demandas dos atores sociais entre os quais pesquisa. O livro muito bem editado pela Garamond é fruto da tese de doutoramento de Lacerda defendida em 2012 junto ao PPGAS/MN/UFRJ como já foi dito, trata do caso dos meninos emasculados de Altamira ocorridos entre os anos de 1989 e 1992 na cidade de Altamira, no sudoeste do estado do Pará. Ainda que trate das questões da luta política envolvida no caso e dos (des) acertos da administração pública, a análise empregada pela autora incide nas percepções dos familiares das vítimas e segundo ela mesma, as análises podem ser entendidas “menos como uma abordagem sobre a administração pública e suas formas de gerir a diferença, e mais como uma análise do processo pelo

qual os “diferentes” passam a acessar os setores da administração pública que lhes pareciam parciais, insensíveis e omissos”. Insensibilidade e omissão que se constituem a partir da demora e da ineficácia das investigações realizadas pela polícia local, passando pela admissão de que casos seriam investigados como parte do “caso” e termina com as idas e vindas do “interminável” processo que culmina com o mais longo julgamento da história do estado do Pará condenando alguns réus e absolvendo quem, no entendimento dos familiares, seria a mentora intelectual dos crimes. Lacerda descreve, da forma densa que é própria à antropologia, como os casos se perpassam formando “o caso dos meninos emasculados”, nesse processo de busca por justiça por parte dos familiares das vítimas criando um movimento social forte em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. O livro conta esta história emaranhada em muitas outras histórias que vão sendo narradas com a construção do “caso”. O processo na justiça, que levou à condenação dos réus, foi construído a partir da morte e emasculação ou da emasculação, considerando os dois sobreviventes, de cinco crianças do sexo masculino que foram violentadas sexualmente, tiveram seus órgãos sexuais mutilados e foram torturadas como parte de rituais de magia negra realizados pelos réus. Se para a Justiça foram cinco casos, para a polícia foram oito e para o movimento social constituído a partir da mobilização dos familiares das vítimas esse número oscilou entre vinte e seis e vinte e nove casos, que envolveram sequestros, ameaças e

desaparecimentos nunca esclarecidos de crianças, todas elas do sexo masculino. Ao serem ceifadas as vidas das crianças, a construção do caso desnuda seus alçózes personificados ora nos “poderosos”, ora no Estado que de antemão ao invisibilizá-los e lhes negar os direitos constitucionais os sentenciou à pior morte, a morte social caracterizada quer pelo sumiço de corpos no IML, quer pela ausência de investigações ou pela negativa de sepultar os corpos de suas crianças, para o movimento social, porque as vítimas foram os filhos dos desvalidos, dos agricultores pobres e dos moradores das periferias de Altamira. A “luta” por justiça empreendida pelos familiares das vítimas, por outro lado assume o poder de, ao visibilizar os casos, outorgar a dignidade perdida dando vida social à memória das crianças. Lacerda traz todas estas histórias nas linhas e entrelinhas de seu trabalho escrito de forma magistral sem deixar que seu declarado engajamento e que sua opção pela perspectiva dos familiares das vítimas comprometa a seriedade e o rigor de seu trabalho antropológico. A precisão da etnografia do “caso” torna possível ao leitor ir da constituição do caso, passando pela mobilização dos familiares das vítimas, os protestos e estéticas empregados nesse processo, a instrução policial com suas idas e vindas, fracassos e triunfos das investigações, a “luta” por justiça do coletivo criado a partir da mobilização social agora assumida por simpatizantes de outros movimentos e de setores progressistas da Igreja Católica, à responsabilização do Estado por ter de antemão conde-

nado aqueles meninos ao destino que tiveram, na mão de seus algozes, os “poderosos”, os que segundo a percepção das vítimas e de seus familiares sempre estiveram acima das leis, intocáveis pela justiça à custa de suas posses. Por tudo isso a leitura de “Meninos de Altamira, violência, “luta” política e administração pública” é leitura urgente não apenas para antropólogos e estudantes, senão para todos aqueles que não atinam com a injustiça social e a violação dos direitos humanos, para aqueles que têm a coragem de se engajar nas causas e “lutas” dos desvalidos por emancipação e justiça social, mas também para aqueles que querem aprender a fazer com maestria uma etnografia que ao se declarar engajada consegue manter-se lúcida atendendo ao propósito inicialmente expresso de tornar visível a perspectiva das vítimas e de seus familiares, fazendo-lhes, a seu modo, justiça.



METAFÍSICAS CANIBAIS, de Viveiros de Castro, Eduardo. 2015. São Paulo: Cosac Naify. 280 p.

Elizene Miranda da Silva

Todo ser a que se atribui um ponto de vista será então sujeito, espírito; ou melhor, ali onde estiver o ponto de vista, também estará a posição de sujeito (Viveiros de Castro 2002:236).

Metafísicas Canibais, publicado inicialmente em francês (2009) e mais recente no Brasil (2015), essa obra fascinante publicada pela Cosac Naify, traz um panorama geral do que tem sido o pensamento de Eduardo Viveiros de Castro. “Menos ainda que uma resenha, uma sinopse, quase que como

um press-release” (p.19), é como o autor define sua obra em relação a outro livro imaginário que jamais será escrito: O Anti-Narciso: Da antropologia como ciência menor, pensado em justa homenagem aos filósofos Deleuze e Guattari.

O livro *Metafísicas Canibais* dispõe-se de uma econômica introdução com apenas 5 páginas ali referidas como *Esclarecimentos* e *Agradecimentos*, seguidas por uma série de 4 partes dispostas em capítulos ao longo dos quais o autor expõe seu pensamento em um diálogo profundo com as obras: *O anti-Édipo* e *Mil Platôs* de Deleuze e Guattari e *As Mitológicas* de Lévi-Strauss. O estabelecimento de relações da filosofia com a antropologia, serve de luz para reflexão do que seria o objetivo do *Anti-Narciso*, a saber: “todas as teorias antropológicas não triviais são versões da prática de conhecimento indígena” (p.20).

A primeira parte intitulada “O Anti-Narciso”, composta de 4 capítulos é - salvo “um retoque estilístico ou alguma correção déctica” como diz o autor - uma explanação de sua produção teórica contida no sétimo capítulo, “*Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*”, de “*A inconstância da alma selvagem*” onde trabalha os conceitos de *perspectivismo* e *multinaturalismo*. O autor descreve a cosmologia dos índios da Amazônia, em universo em que os animais possuem uma realidade humana sendo seus corpos, na verdade, uma roupagem que esconde uma natureza humana comum a todos os existentes. Dessa forma todos os seres podem ser pensados

como pensantes, dotados de um ponto de vista, o que o autor desenvolve teoricamente como *perspectivismo*. Ser *multinaturalista* seria apenas consequência lógica do *perspectivismo*; se há uma subjetividade em cada ser da natureza (múltipla e variável), o dado invariável seria a cultura. Ou seja, ao invés de *multiculturalismo*, onde a cultura é a diferença e a natureza o dado invariável, temos no *perspectivismo* um *multinaturalismo*.

A segunda parte com título “*Capitalismo e esquizofrenia de um ponto de vista antropológico*” é o ponto alto (e mais ousado) da obra e exige do leitor alguma intimidade com as obras escritas por Deleuze e Guattari já referidas aqui. Trata-se de analisar sua *contra-antropologia multinaturalista*, à luz do pensamento dos dois filósofos franceses, nas palavras de Viveiros de Castro “...como o instrumento mais apropriado para retransmitir a frequência de onda que eu estava preparado para captar no pensamento ameríndio” (p.95). O *perspectivismo* e o *multinaturalismo* são analisados como o resultado do encontro entre o que pode haver de Deleuze na *etnologia americanista* e de índio na *filosofia Deleuze-Guattari*. O autor (que afirma mais de uma vez não ser filósofo) transita muito à vontade pela filosofia operando com conceitos do pensamento da dupla homenageada no *Anti-narciso*.

Aqui os conceitos de Deleuze e Guattari como: *multiplicidade*, *rizoma*, *devir*, *virtual imanência*, *síntese disjuntiva*, *intensidade*, *acontecimento*, *desterritorialização* e tantos outros; se atualizam na originalidade do *perspectivismo* e

multinaturalismo de Viveiros de Castro. Os conceitos são muitos, densos e com implicações bem atuais para a objetivo pretendido ao aproximar os dois campos disciplinares: trazer a antropologia para assumir sua missão “de ser a teoria-prática da descolonização permanente do pensamento” (p.20). Para o autor, a teoria das multiplicidades tem efeito libertador para a antropologia, que segundo o mesmo, encontra-se em uma espécie de “prisão epistemológica” e que tal conceito (a multiplicidade deleuziana) é o que melhor descreve não apenas “as novas práticas de conhecimento antropológico como os fenômenos de que ela se ocupa” (p114).

“Contra as filiações celestiais: a aliança demoníaca” e “O cogito canibal” respectivamente terceira e quarta parte de perspectivas canibais, é sobre Lévi-Strauss e o método estruturalista. Viveiros de Castro traz sua experiência como etnólogo entre os Araweté, compara canibalismo guerreiro e xamanismo destes com o canibalismo do povo Tupinambá do século XVI numa releitura dos estudos de Lévi-Strauss sobre totemismo e sacrifício. O xamanismo aqui considerado como contexto inicial onde perspectivismo emerge em primeiro plano. O autor traz o conceito xamanismo transversal que, de acordo com o mesmo, é a modo de xamanismo amazônico.

Os xamãs são dotados da capacidade de assumir diferentes perspectiva corporais e de ver as outras espécies como estas se veem (como humanos); exercendo desse modo, a função de diplomata cosmopolítico. Assim xamã e guerreiro se assemelham na função,

“ambos são comutadores ou condutores de perspectivas; o segundo opera na zona inter-humana ou intersocietária, o primeiro na zona interespecífica”. A superposição dessas zonas intensivamente e extensivamente “em relação de adjacência (horizontal) ou de englobamento (vertical)” leva à elaboração do conceito xamanismo transversal, “uma continuação da guerra por outros meios: mas com a comunicação - uma comunicação transversal entre incomunicáveis, um confronto de perspectiva onde a posição de humano está em perpétua disputa” (p171).

A presente obra tem seu desfecho com “Os devires do estruturalismo”, capítulo “esquemático e apressado” nas palavras de seu autor que promete retomar as proposições ali contidas em uma publicação para um futuro próximo: “Uma mitologia sobre a mitologia estrutural de Lévi-Strauss”. Ao contrário de O Anti-Narciso que permanece no plano do imaginário de Viveiros de Castro, uma homenagem a Lévi-Strauss é, nos termos Deleuze-Guattari, virtualidade a caminho de breve atualização.

Gostaria de concluir essa resenha também com o pensamento de Lévi-Strauss e sua “Noção de Estrutura em Etnologia”. A respeito dos modelos explicativos encontrados entre povos nativos, o antropólogo adverte que na falta de condição para inaugurar um modelo que possibilite o acesso à estrutura, o etnólogo deve respeitar os modelos nativos, “feitos em casa”, uma vez que cada cultura constrói seus modelos teóricos e merecem tanta atenção quanto à produção intelectual do cole-

ga antropólogo. Eduardo Viveiros de Castro leva a recomendação do mestre da antropologia tão a sério quanto o faz com o pensamento indígena. Para o autor de *Metafísicas Canibais*, o pensamento nativo tem estatuto filosófico. Muito mais que crenças, suas ideias são tratadas como conceitos situadas no mesmo plano que as ideias antropológicas. Por essas e outras tantas, *Metafísicas Canibais*, ainda que não seja um livro de fácil leitura - o estilo de escrita do autor tem uma sua estética e poética característica - é do tipo indispensável, fundamental tanto ao público da antropologia quanto ao público que busca algo inédito e inventivo na literatura das ciências humanas.

REFERÊNCIAS

- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. 1991. *O que é filosofia?* São Paulo: Ed. 34.
- Viveiros de Castro, Eduardo. 2015. *Metafísicas Canibais*. São Paulo: Cosac Naify.
- Lévi-Strauss, Claude. 1996. *A noção de estrutura em etnologia*. In. *Antropologia estrutural*. 5 ° Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.